



Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA
Unidade de Controle Interno

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Licitatório Nº PE004-2025/CMSFX
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA.

CONTRATANTE:

I – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PARÁ.

CONTRATATO/ VENCEDOR(ES) DO CERTAME:

I – ANDRADE E SOUSA COM. DE PEÇAS E FERRAMENTAS LTDA – CNPJ: 05.893.668/0001-29, com o valor total de R\$ 36.524,00 (trinta e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais).

II – DSB ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 47.791.766/0001-03, com o valor total de R\$ 13.941,00 (treze mil novecentos e quarenta e um reais).

III – M. B. COSTA LTDA – CNPJ: 36.536.352/0001-03, com o valor total de R\$ 169.752,78 (cento sessenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos).

IV – RODRIGO FLORINDO DE SIQUEIRA LIRA LTDA – CNPJ: 39.955.342/0001-09, com o valor total de R\$ 132.169,86 (cento e trinta e dois mil cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

V – V. PEREIRA ROCHA LTDA – CNPJ: 08.420.733/0001-97, com o valor total de R\$ 190.713,82 (cento e noventa mil setecentos e treze reais e oitenta e dois centavos)

FUNDAMENTAÇÃO: ART. 89 E ART. 92, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DOS FATOS

1 - Ocorre que chegou a este Controlador Interno, para manifestação, quanto aos Termos de Contratos nºs 20259012/CMSFX; 20259013/CMSFX; 20259014/CMSFX; 20259015/CMSFX e 20259016/CMSFX, oriundo do procedimento de licitação processo Pregão Eletrônico nº PE004-2025/CMSFX, cujo objeto trata-se da AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA.



Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA
Unidade de Controle Interno

2- O contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu contrato extrato e estendendo-se até 31 de dezembro de 2025.

Parágrafo único: O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da lei nº 14.133/2021.

3- O fiscal deste contrato do Poder Legislativo Municipal, esta nomeado sob Portaria nº 118-2025/CMSFX, o qual designa o Servidor Comissionado: MILKA OLIVEIRA DOS SANTOS.

DA FUNDAMENTAÇÃO

4- A fundamentação encontra-se assentado nos termos dos Art. 89, c/c Art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual traz in verbis:

“Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;



Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA

Unidade de Controle Interno

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção”.



Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA
Unidade de Controle Interno

5 - Sua fundamentação, encontra-se assentado também no processo de licitação Pregão Eletrônico nº 004-2025/CMSFX.

6 - Por fim, a fundamentação também se encontra amparadas, em conformidade às fundamentações anteriormente já mencionadas, nas cláusulas contratuais dos Termos dos Contratos nºs 20259012/CMSFX; 20259013/CMSFX; 20259014/CMSFX; 20259015/CMSFX e 20259016/CMSFX.

7 - Frente ao exame dos normativos de fundamentação e atendimento no que diz respeito à Contratos Administrativos previstos naquilo que se encontra resguardado no que contém o **parágrafo quarto** deste instrumento, passa-se à conclusão do feito.

DA CONCLUSÃO

8 - Inicialmente, há de se ressaltar que o presente está em conformidade com a minuta contratual, o qual se encontra antecipadamente no “rol de documentos” dos Termos dos Contratos nºs 20259012/CMSFX; 20259013/CMSFX; 20259014/CMSFX; 20259015/CMSFX e 20259016/CMSFX, referente ao Pregão Eletrônico nº PE004-2025/CMSFX.

9 - Do ponto de vista jurídico-processual, observa-se que todo o trâmite procedimental estabelecido, está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10 - Observa-se ainda, que este contrato administrativo prevê, necessariamente, todas as cláusulas elencadas, no que couber, do Art. 92 da Lei da Federal nº 14.133/2021.

11 - Portanto, este Controle Interno manifesta-se pela **REGULARIDADE** deste instrumento contratual, uma vez que o mesmo está revestido de todas as formalidades legais e de acordo com os documentos publicados anteriormente no processo.

12 - Este Controle Interno orienta, ainda, que seja anexados aos Termos dos Contratos nºs 20259012/CMSFX; 20259013/CMSFX; 20259014/CMSFX; 20259015/CMSFX e 20259016/CMSFX, todos os extratos de publicações relacionados a estes instrumentos contratuais.



Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA
Unidade de Controle Interno

É o parecer,

São Félix do Xingu–Pará, 15 de Abril de 2025.

PAULINHO DOS SANTOS SOUSA
Controlador Interno - Portaria nº 001/2025